

Escola Francesa da Análise de Discurso, traduzido por duas alunas de nossos Cursos, respectivamente, Ana Marshall, da Pós-Graduação, e Heloisa Monteiro Rosario, da Graduação. O texto selecionado - "*Sobre os Contextos Epistemológicos da Análise de Discurso*" - é leitura obrigatória nas disciplinas sobre o discurso no Programa de Pós-Graduação em Letras e discute as fronteiras e pressupostos teóricos que demarcam e distinguem essa forma de conhecimento.

Chegam assim, com muitas expectativas favoráveis, os primeiros *Cadernos de Tradução*, que esperamos cumpram o papel desejado por nossa Comunidade. Para isso, porém, torna-se imprescindível a cooperação efetiva de todos, apresentando sugestões e matérias de interesse para os próximos números, os quais terão sempre um novo organizador convidado.

Bem-vindos, todos, e boas leituras.

Profa. Maria Cristina Leandro Ferreira
Diretora do Instituto de Letras da UFRGS

OUTRO DA TRADUÇÃO : DIFERENÇA, CULTURA, AUTO - REFERÊNCIA

Theo Hermans¹

Tradução: Neusa Matte²

1.

Se é verdade que no princípio foi o verbo, então quase a partir do princípio houve um problema de tradução. Ou melhor: há neste princípio um problema de tradução que ainda está aqui, neste princípio, nesta palavra que se encontrava aqui quando comecei.

É evidente que estou me referindo à palavra bíblica, o ponto crucial evidente na abertura do Evangelho Segundo São João, 'No princípio foi o verbo' - embora, de fato, a palavra que estava lá no princípio fosse 'logos', já que o texto era em língua grega. Uma observação simples, bem sei, mas que vale como lembrete. Temos a tendência a negligenciar a tradução mesmo que ela nos encare de frente. Nós esquecemos facilmente o quanto a tradução é parte da construção da nossa cultura.

Mas há outro começo que instiga o 'logos' e que é atraído para o problema da tradução. Ele nos reporta a Aristóteles, mas permitam-me fazer minha abordagem com o auxílio de Hans-Gerog Gadamer. Na qualidade de um hermeneuta, Gadamer está muito atento às questões do significado e da interpretação. Em um ensaio de 1966 *Man and Language* - que, muito apropriadamente, tendo em vista o título, começa e termina com questões de tradução - Gadamer toma a definição clássica de Aristóteles do homem como um ser que possui 'logos'. Mais do que a tradução que define o homem como um 'ser racional', traduzir 'logos' como 'razão' ou 'pensamento' Gadamer prefere entender - e portanto, traduzir - 'logos' como 'linguagem'. O homem não é somente um ser racional, mas também, e principalmente, um animal que possui a linguagem. O ponto de Gadamer é que o aspecto que mais distingue o homem consiste na capacidade que tem de se comunicar além da esfera do dado imediato, por exemplo, se referindo a conceitos gerais ou abstratos, ou ao futuro. Através da linguagem o homem pode manifestar aquilo

¹ University College London

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Instituto de Letras

que não é imediatamente presente aos sentidos. Isto permite a organização social complexa e a cultura.

À medida que a linguagem facilita a interação humana e fixa as formas de expressão culturais de forma mais ou menos permanente, ela requer interpretação constante. E como Gadamer nos lembra em alguns de seus ensaios dos anos sessenta, 'a hermenêutica opera onde quer que o que é dito não seja imediatamente compreendido.' Esta operação ocorre na primeira instância dentro da mesma tradição, quando os acidentes temporais e espaciais já erigiram obstáculos para a transmissão do significado lingüístico em textos escritos que passaram a parecer distantes, estranhos. De forma crucial, o processo envolve uma forma de tradução. Daí, como Gadamer afirmou, 'a partir da estrutura da tradução foi apontado o problema geral de tornar nosso o que é estranho a nós. Como este processo funciona na prática, dentro de uma mesma tradição cultural e lingüística, está ilustrado no capítulo inicial de *After Babel*, de George Steiner. O capítulo, que trata do tipo de decifração exigida para fazer sentido as linguagens como as de Shakespeare ou Noel Coward, é intitulado, adequadamente *Compreendendo a Tradução*.

Uma vez atingido este ponto, o ponto onde compreendemos 'compreender' como 'traduzir', podemos alargar nosso campo de abrangência. De fato podemos alargá-lo tanto que seria difícil delimitá-lo. A tradução quase que se torna a própria condição humana. Todo ato de compreensão envolve um ato de tradução de um tipo ou de outro. É tentador apelar para filósofos modernos como, por exemplo, Jacques Derrida, quando fala sobre a 'a terrível, irredutível dificuldade de traduzir', 'com o problema da tradução estaremos lidando com nada menos do que o problema da passagem para a filosofia.' Ou Donald Davidson: 'Estudar os critérios da tradução é, portanto, um meio de enfocar os critérios de identidade para esquemas conceituais.' Este não é o rumo que desejo tomar, mesmo porque não sou filósofo, muito menos um hermeneuta.

No entanto, quero permanecer com Gadamer por um instante. A hermenêutica pode inicialmente ter considerado seus esforços como inseridos na mesma tradição cultural e lingüística, mas na medida de seu ímpeto geral, seu 'problema de tornar o estranho familiar' se parece com a estrutura da tradução, não esta', com certeza confinada a operações monolíngües. O estranho é estranho porque é, por todas as razões de ordem prática, parte de um mundo estranho, uma língua estrangeira. Permitam-me citar Gadamer novamente, falando sobre a

hermenêutica como a transmissão, tradução de significados perdidos ou inacessíveis.

Como a arte de transmitir aquilo que é dito em uma língua estrangeira para a compreensão de uma outra pessoa, o fato da hermenêutica ser denominada a partir de Hermes, o intérprete da mensagem divina, tem a sua razão de ser. Se lembrarmos a origem do nome hermenêutica torna-se claro que estamos lidando com um acontecimento da língua, com a tradução de uma língua para outra, e portanto com a relação das duas línguas.

O que se torna claro a partir disso é que o modelo da hermenêutica é a tradução no seu sentido convencional, i.e., a tradução entre línguas. Os deuses falam uma língua diferente da nossa, e portanto Hermes tem que medir e interpretar entre eles e nós. As comunidades humanas também falam línguas ininteligíveis entre si. No final não interessa realmente se nós pensamos nesta ininteligibilidade como se estendendo diacronicamente dentro de uma tradição lingüística e cultural, com a barreira lingüística estabelecendo uma barreira sobre o tempo, ou sendo espalhada sincronicamente, sobre um certo espaço geográfico, com diferentes línguas sendo faladas lado a lado. O homem pode ser um animal lingüístico no sentido geral e abstrato. Sempre habitamos uma língua específica. Mais do que isto: a menos que encontremos meios de superar os limites de nossa língua em particular, permanecemos prisioneiros dela..

A sombra que cai sobre uma afirmação como esta é, sem dúvida a de Babel, da multiplicidade e da confusão das línguas. E é muito apropriado, como, de fato Derrida nos lembra, que 'Babel' assim como 'logos' é uma palavra que desafia a tradução. Se Babel espalhou a confusão lingüística e desse modo necessitou de tradução, também tornou a tradução profundamente problemática, começando com a palavra Babel, que pode ser tanto um nome próprio quanto comum significando exatamente 'confusão' - apesar de que parece haver alguma confusão sobre se, ou até que ponto, ele realmente significa confusão'. E, se compreender é traduzir, certamente Babel confunde igualmente o tradutor e o hermeneuta.

Seja o que for, antes de deixar que a hermeneutica resolva seus próprios problemas com Babel, permitam-me retirar do empenho hermenêutico dois aspectos que são de particular relevância para a tradução. Pelo menos para a tradução como comumente a entendemos. O primeiro é da transmissão e recuperação cultural, o

segundo, o da interpretação como meio de tornar inteligível aos outros através da explicação verbal e do comentário.

O primeiro, transmissão e recuperação, aponta para o tradutor como o capacitador, aquele que provê o acesso removendo barreiras, guiando através das lacunas que impedem a compreensão. O segundo, tornando inteligível, mostra como a capacitação e a provisão do acesso é obtida: oferecendo uma imagem refletida daquilo que por si própria permanece inatingível, apresentando uma reprodução, uma réplica, uma representação. O primeiro gera a metáfora da tradução como construtora de pontes, como aquela que carrega através, como 'translatio', como 'meta-fora'. O segundo apela para a tradução como semelhança, similitude, como imitação, como mímese, não do mundo dos fenômenos extra-lingüísticos, mas de outro texto, outra entidade de ordem lingüística.

As duas metáforas estão conectadas, porque acreditamos que nós, deste lado da barreira lingüística, colocamos no tradutor como mediador e capacitador depende da qualidade, ou da presumida qualidade, da tradução como semelhança, como um retrato fiel. Uma tradução, sendo um produto derivado, pode ser secundária e portanto, aquilo que está em segundo plano. Mas porque confiamos na integridade e boa-fé do mediador, assumimos que a réplica é 'tão boa quanto' a coisa real. A última coisa que queremos fazer é confiar em um falsário ou um falsificador.

Mesmo assim, isto é exatamente o que a tradução nos obriga a fazer. Está na natureza da tradução. É também o que torna a tradução digna de ser estudada. A imagem um tanto suave e tranqüila que acabei de pintar tem um 'outro' lado mais perturbador mas também muito mais interessante e instigante. A imagem suave e tranqüila pode ser parte da percepção convencional e da auto-preservação da tradução, mas ela apenas tenta disfarçar a realidade. E a razão pela qual isto acontece reside no reconhecimento de que a tradução, por seu presumido secundarismo, retira suas forças do fato de que ele é ainda nossa única resposta para, e nossa única saída de Babel.

O 'outro da tradução', então, compreende, entre outras coisas, as ambivalências e paradoxos, o hibridismo e a pluralidade da tradução, sua 'alteridade' assim como sua 'inadequação', se preferirem, em contraste com a percepção da tradução como réplica ou reprodução, referindo-se, simples e descomplicadamente (se for sempre de uma posição de inferioridade), a um original. Mas também quer dizer o significado da tradução como força cultural que

interpreta mal a visão comum da mesma, como mecânica e meramente derivativa, secundária, de segunda mão, de valor inferior.

2.

Permitam-me retornar ao momento em que trouxe à discussão a auto-apresentação da tradução. Este é o tipo de imagem auto-promocional - e altamente aceita - que se encontra ao proferir metáforas do tipo 'Falando através do intérprete, o Presidente Yeltsin declarou que...'. O que significa dizer: 'falando *através* do intérprete'? Ou uma variante: todos nós frivolamente declaramos ter lido Dostoiévsky e Borges e Sófocles, e Kazantzakis e Kafka e Kundera. Raramente alguém, garanto, leu todos estes na língua original. Lemos alguns ou a maioria deles em tradução. No sentido usual de tradução interlingüística. À medida que a tradução consegue, com sucesso, produzir, ou projetar, um senso de equivalência, um senso de transparência e de credibilidade, autorizando a tradução a funcionar como uma representação completa, portanto como um substituto confiável para o texto fonte, afirmações como "eu li Dostoiévsky" etc. são uma versão abreviada legítima para dizer 'eu li uma tradução de Dostoiévsky' - o que significa dizer 'e é praticamente tão boa quanto ler o original'. Mas notem bem: somente na medida em que a noção de equivalência, de igualdade em valor de uso prático, foi produzido. Temos a tendência a acreditar que esta noção de uma transparência da tradução como semelhança. Uma tradução, diríamos, é melhor sucedida quando o fato de ser uma tradução passa despercebido, i.e. quando consegue não nos lembrar de que é uma tradução. Uma tradução mais coincide com o original quando é mais transparente, quando se aproxima da semelhança pura.

Isto requer que o trabalho do tradutor seja, como costumava ser, negado, ou sublimado, e que todos os traços da intervenção do tradutor no texto sejam apagados. A ironia é que estes traços, estas palavras, são tudo o que temos, elas são tudo a que temos acesso deste lado da barreira lingüística. Yeltsin pode muito bem falar *através* do intérprete, mas tudo o que temos para fazer sentido são as palavras do intérprete. No entanto dizemos que Yeltsin afirmou isto e aquilo, que lemos Dostoiévsky. Embora seja precisamente esta voz original, presumidamente autorizada que está ausente, nós de forma casual afirmamos que é a única que se apresenta para nós.

Sentimo-nos com o direito de ser informais sobre isto porque nós entendemos a tradução como uma forma de discurso delegado, um tipo de fala por procuração. Isto implica não somente a consonância de vozes mas também uma relação hierárquica entre elas, assim como uma moral clara- freqüentemente até mesmo legal-imperativa, aquela da não interferência do tradutor. O imperativo tem sido formulado como um 'porta-voz honesto' ou a norma do 'verdadeiro intérprete' que recorre ao tradutor simplesmente e de acertadamente para re-afirmar o original, todo o original e nada senão o original. Nesta perspectiva, o modelo de tradução é a citação direta: nada omitido, nada acrescentado, nada mudado-exceto, é claro, a língua.

No momento em que paramos para pensar sobre isto, nos damos conta de que estamos alimentando uma ilusão. Mesmo sem invocar a problemática da separação do significado e significante ou de uma metafísica da presença, podemos verificar que a tradução não vai jamais coincidir com seu original. As línguas e as culturas não são sistemas simétricos nem mesmo isomórficos. Para cada exemplo de consonância, embora calculada, existe também dissonância. Não simplesmente a língua muda com a tradução; também muda o contexto, a intenção, a função, toda a situação comunicativa. Já que a intervenção do tradutor neste processo não pode ser neutralizada ou apagada sem traço, um modelo mais apropriado de discurso traduzido poderia ser o discurso indireto, antes da citação direta, somente porque o discurso indireto aumenta a distância e a diferença, reconhece a semelhança da manipulação e do mau uso, e é geralmente mais confuso na forma como superpõe e mescla as várias vozes que compõem a re-enunciação. É a diferença, a opacidade e a desordem que estão inscritas nas operações da tradução, não a coincidência ou a transparência ou a equivalência em nenhum sentido formal.. Falando de tradução em termos de equivalência significa engajar em um ato de fazer-crer elaborado- caso seja socialmente necessário.

3.

Várias avenidas mais ou menos filosóficas e pós-estruturalistas se abrem aqui, mas permitam que eu enfoque um aspecto imediatamente mais óbvio: a questão da suposta não-interferência do tradutor, que se traduz como a invisibilidade do tradutor no texto traduzido. Defendo a idéia de que os textos traduzidos, como os outros textos, apenas um pouco mais, são

sempre, de forma inerente, plurais, instáveis, descentralizados, híbridos. A 'outra' voz, a voz do tradutor, sempre se encontra lá. Mas devido à forma como nós sempre entendemos a tradução, preferimos, até mesmo requeremos que esta voz permaneça discreta. Na prática, muitas traduções se esforçam para estar em conformidade com esta proposta. Algumas vezes, porém, algumas traduções dão de frente com aquilo que poderíamos chamar de 'auto-contradição performativa'. As incongruidades resultantes que despontam no texto acontecem devido ao fato de que, enquanto nós geralmente aceitamos que os textos traduzidos são orientados em direção a um diferente tipo de leitor num contexto lingüístico e cultural diferente, esperamos que o agente, portanto a voz que efetuou esta reorientação, permaneça discreta, de forma que se esvaneça de uma vez por todas. Isto nem sempre é possível, e então a tradução pode ser flagrada escandalosamente contrariando sua própria performance. E, se podemos demonstrar a presença discursiva do tradutor nestes casos, podemos postular uma voz do tradutor, embora não-distinta, em todas as traduções. Permitam-me ilustrar este ponto com exemplos onde podemos discernir outras vozes introduzindo-se em um discurso onde elas não deveriam ser ouvidas.

O exemplo conduz àquilo que Roman Jakobson chamaria de função metalingüística da linguagem. Derrida fala de 're-marcação' da linguagem em um texto em que declara ser em uma determinada língua. Em tradução isto causa problemas, como de fato Derrida mostrou na sua discussão do final do capítulo *Discurso do Método*, de Descartes. Descartes diz, em francês, que escreveu este livro não em latim, mas em francês. A tradução latina do *Discurso* omite esta frase embaraçosa para evitar a auto-contradição de uma afirmação declarando, em latim, que o texto não é em latim, mas em francês. Derrida considera isto como um exemplo de intraduzibilidade institucional, que é uma observação perfeitamente válida, como, de fato, na versão latina a frase não foi traduzida. Para o leitor da versão latina, no entanto, a omissão não é imediatamente detectável porque a afirmação simplesmente não está lá. Em traduções para outras línguas que não o latim onde a frase é traduzida, a auto-contradição pode ser menos gritante, mas mesmo assim é bastante óbvia. A versão da Penguin, por exemplo, contém: 'E se escrevo em francês, em vez de latim...é porque....' A anomalia de ler um texto em inglês que declara, em inglês, que ele na verdade está escrito em francês, cria uma falha de credibilidade que os leitores só poderão superar ao

lembrarem-se de que o texto é, de fato, um tradução. Mas ao fazer isto, o leitor também se dá conta de que a voz que produz esta afirmação não pode pertencer a Descartes, ou somente a Descartes. É evidente que há uma outra voz atuando, uma voz que não deveríamos ouvir, que ecoa e imita a primeira voz, mas que nunca coincide inteiramente com ela. E esta outra voz está no próprio texto, em cada palavra do mesmo.

O próprio Derrida explorou este paradoxo da tradução mais de uma vez em seus escritos, ocasionalmente até desafiando seus tradutores a encontrar soluções para seu insistente jogo de palavras. Claramente, tais soluções, da maneira como são encontradas, estão tão carregadas de ironia que não conseguem ser lidas sem a consciência de que o texto contém outra voz intermitentemente audível que não pode ser reduzida à de Derrida. E quando nenhuma solução é encontrada, a inutilidade manifesta do texto traduzido não é menos reveladora no sentido em que explode seu fazer crer perante nossos olhos. Em todos estes casos podemos perguntar: de quem são as palavras que lemos? Quem exatamente está falando? E se estamos lidando com mais de um voz, onde as localizamos?

4.

O que está em questão aqui é mais do que umas vozes plurais, instáveis, narrativas descentralizadas. A questão das vozes aponta para um assunto mais amplo, o da tradução como um construto cultural, e portanto ideológico. Isso nos leva de volta à percepção usual da tradução como transparência e como duplicação, não somente consoante, mas coincidente com seu original. Requer que os tradutores também se tornem transparentes que eles desapareçam em detrimento da integridade e status do texto-fonte. Somente o tradutor que opera com a discrição e deferência da auto-anulação podem ser considerados confiáveis, que não vão violar o original. A auto-abnegação leal de um garante a primazia incontestável do outro.

Historicamente, a posição hierárquica dos originais *versus* as traduções tem sido expressa em termos de oposições estereotipadas tais como aquelas entre arte *versus* habilidade, autoridade *versus* obediência, liberdade *versus* repressão, falar em nosso próprio nome e falar em nome de outrem. Em cada exemplo, evidentemente, é a tradução que está circunscrita, subordinada, contida, controlada. E caso entendamos que estas hierarquias são naturais e necessárias, seria

útil lembrar que nossa cultura tem, freqüentemente, construído distinções de gênero em termos de oposições entre o criativo e o reprodutivo, o original *versus* o derivado, o ativo *versus* o passivo, o dominante *versus* o subserviente surpreendentemente similares. A questão aqui não é que o discurso sobre tradução é sexista ao lançar a tradução no papel de servente ou esposa fiel e subserviente, mas que a tradução tem sido cercada através de hierarquias ideológicas daqueles empenhados em manter as relações de poder sexual.

Há mais ainda. Desde que a teoria da literatura começou a dar ênfase ao papel do leitor, ao investir o texto com significado, e o papel da convenção e logo da intertextualidade na produção textual que não passam de variações dos modelos existentes de textos, passamos a apreciar, por outro lado, a inexaustibilidade e irrepreensibilidade do significado e, por outro lado, a inexaustibilidade e irrepreensibilidade do significado e, por outro lado, os vários mecanismos através dos quais nossa cultura, no entanto, tenta controlar o significado. Na noção de 'função do autor', estes dois aparecem juntos: a 'função do autor' é a figura ideológica que divisamos para manter livre a circulação do significado dentro dos limites. Fazemos isto, em primeiro lugar, posicionando um único sujeito unificador, com uma única voz, por detrás do texto. Desta forma suprimimos os aspectos incontroláveis do texto, seus pontos mais vagos, suas brechas, seus aspectos não intencionais e não imputáveis, suas pluralidades e heterogeneidades. A tradução, além disto, compõe e intensifica este crescimento refratário. As traduções fixam temporariamente as interpretações que, como construtos verbais, são elas mesmas abertas à interpretação. Elas transformam 'originais' que são eles mesmos transformações de textos que são transformações -etc. Elas aumentam a plurivocalidade de textos já plurivocais. Se, portanto, nossa cultura necessita de uma 'função do autor' para circunscrever o potencial semântico e a pluralidade dos textos, não é difícil de ver porque ela também, de forma enfática, criou uma 'função do tradutor', para conter o aumento exponencial em significação e plurivocalidade que a tradução ocasiona. Como um construto ideológico e histórico, a 'função do tradutor' serve para manter a tradução a salvo numa ordem hierárquica. As metáforas e oposições através das quais a tradução se define, as expectativas e atitudes que trazemos para o texto traduzido, as restrições legais sob as quais a tradução opera, todas concordam com esta função. Então dizemos que lemos Dostoiévsky. Da mesma forma como aceitamos

que a tradução mais segura é uma tradução 'autorizada'. Formalmente e legalmente aprovada pelo autor. O termo em si afirma a singularidade da intenção, a coincidência da voz, a ilusão da equivalência e, é claro, a inequívoca relação de poder e de autoridade.

5.

Esta linha de pensamento tem conseqüências radicais e abrangentes que as abordagens recentes da tradução estão começando a explorar. Permitam-me dar um passo atrás e retornar à noção de tradução como transmissão e mediação. Aqui também se trata de uma questão de discernir outros aspectos da tradução além daqueles ressaltados pela auto-imagem tradicional da tradução. Quero enfocar os elementos de disjunção e de diferença, não apenas nas traduções reais, mas nas idéias sobre tradução e o uso da tradução no contexto social e histórico.

Como sabemos, todos os textos requerem um quadro de referência compartilhado entre a fonte e o receptor para que possa funcionar como veículo de comunicação. As várias formas de deslocamento lingüístico, temporal e geográfico que a tradução causa também desloca este contexto compartilhado. Evidentemente, todos reconhecemos que, ao traduzir, ao relançar e re-embalar o texto-fonte para um novo recipiente em um circuito cultural diferente, uma forma de alteração e ajuste, e portanto, um grau de manipulação, invariavelmente acontece. Não é somente o fato do deslocamento que interessa. Tão interessante quanto é o condicionamento social e histórico, os modos particulares nos quais a tradução, já que diferentes comunidades a interpretam em diferentes épocas, transformam seu material primário. No estudo da tradução, a questão interessante não é se o texto foi transmitido mais ou menos intacto. O que interessa é a natureza das transformações forjadas e porque algumas transformações foram forjadas e não outras.

O que quero dizer é o seguinte. Ao traduzir, i.e., ao re-escrever transformar, apropriar-se e reposicionar um determinado texto-fonte, o tradutor sintoniza a entidade resultante com a nova situação comunicativa. Apenas o quanto, e que tipo de sintonia é permitida ou aceitável vai depender dos conceitos de tradução prevalentes na cultura anfitriã, e de que tem o poder de impô-las. À medida que a tradução ou a 'função do tradutor' é interpretada como re-enunciação de um texto existente, a prática da tradução,

inevitavelmente, resulta em todos os tipos de tensões dentro do texto traduzido, bem distante do fato que ela transforma as traduções em coisas híbridas, que 'significam' muito na maneira em que outros textos significam, mas que também mantêm uma relação enfática com outro texto e em outra língua.

Ao mesmo tempo, as traduções não podem não conseguem se defender do emaranhamento nas formas discursivas da cultura receptora, incluindo todo o esquadrão de modos que a cultura possa ter desenvolvido para representar os discursos anteriores e codificados de forma diferente. A tradução como adaptação, pastiche, comentário, reformulação, paródia, plágio, etc.- é um modo de reciclagem textual entre outros. O modo específico, e sempre determinado historicamente, no qual a comunidade cultural interpreta a tradução, portanto, também determina o modo no qual a tradução, como um produto cultural se refere a seu texto doador, o tipo de imagem que a tradução projeta ou sustenta. Em outras palavras, o 'outro' ao qual o texto traduzido se refere, nunca é simplesmente um texto-fonte, apesar que seja, evidentemente, a reivindicação comum das traduções. Na melhor das hipóteses, é uma imagem dele - uma imagem refletida no espelho, talvez, desde que pensemos nela como uma imagem sempre distorcida, nunca inocente, podemos dizer que a tradução constrói ou produz ou, além disto, 'inventa' o seu original.

É razoável assumir, além disso, que as traduções são sempre feitas em resposta, ou em antecipação das exigências e necessidades de uma certa cultura. Se for este o caso, então a escolha de textos a serem selecionados, o modo escolhido para re-presentar ou projetar ou inventar o texto fonte, a maneira na qual a tradução é circunscrita e regulada em um determinado momento histórico, e a forma na qual traduções individuais são recebidas, tudo isto é muito revelador sobre a comunidade cultural. O que exatamente isto nos revela? No meu entender, a tradução oferece um índice de auto-referência cultural ou, se preferir, auto-definição. Ao refletir sobre si própria, uma cultura, ou parte dela, tende a definir sua própria identidade em termos de 'si' e do 'outro', i.e., em relação ao que ela percebe como diferente de si mesma, aquilo que está fora dos limites da sua esfera de operação, fora do seu próprio 'sistema'. A tradução oferece uma janela para a auto-definição cultural no sentido em que envolve não somente a seleção e a importação de bens culturais do mundo exterior, mas, ao mesmo tempo, a transformação dos mesmos em termos que a cultura receptora reconhece, pelo menos até certo ponto, como seus. E porque

a história da tradução deixa no seu rastro um grande número de textos duais, assim como inúmeras re-traduções e de textos traduzidos re-trabalhados, ela nos oferece uma série de construções culturais do 'outro' acessíveis e únicas, e, portanto, com evidência privilegiada de primeira mão dos trabalhos de auto-definição cultural. Nesta perspectiva, é muito claro que, a resistência ou indiferença à tradução, mesmo a ausência de tradução, pode ser tão informativa quanto a busca deste ou daquele tipo particular de tradução- e é importante lembrar que quando a tradução acontece, ele é sempre um tipo particular de tradução. Os tradutores nunca 'simplesmente traduzem'. Eles traduzem no contexto de certas concepções e expectativas sobre tradução. Dentro deste contexto eles fazem escolhas e tomam posições porque têm objetivos a alcançar, interesses a perseguir, interesses materiais e simbólicos a defender. Tanto o contexto como as ações dos indivíduos e dos grupos são socialmente determinados. Tradutores também são agentes sociais.

6.

Em resumo, onde uma cultura sente a necessidade ou vê a oportunidade de importar textos provenientes de além da barreira lingüística, e de fazê-lo por meio da tradução podemos aprender muito olhando de perto para coisas tais como: o que é selecionado para traduzir entre a gama de textos potencialmente disponíveis, quem toma as decisões relevantes: quem produz as traduções, sob que condições, para quem, com que efeito ou impacto; que forma as traduções tomam ,i.e. que escolhas foram feitas em relação às expectativas e práticas no mesmo campo discursivo e em campos comparáveis; quem fala sobre tradução, em que termos e com que autoridade. Exemplos para ilustrar este ponto poderiam ser virtualmente retirados de qualquer cultura em qualquer período.

Se consideramos que a tradução juntamente com as várias práticas próximas a ela merecem uma atenção mais consistente, tanto pela complexidade do fenômeno em si, quanto pelo seu interesse cultural, vale a pena avaliar o peso e significação precisos dos conceitos que governam esta prática, e explorar suas modalidades e parâmetros. Isto envolve investigação sobre a questão do que exatamente, em períodos e contextos diferentes, está coberto pelos vários termos e conceitos, as imagens e metáforas usadas para conceitualizar e posicionar a tradução. Significa, de forma mais ampla, investigar não somente a prática da tradução e os vários fatores

que a governam, mas também o discurso sobre tradução, i.e. sua auto-descrição histórica, e historicamente instável.

O traçado e o detalhamento paciente destas auto-descrições é freqüentemente o nosso único caminho para avaliar como a tradução foi conceitualizada no passado. Também oferece um *insight* no interior do presente texto sobre tradução, que, afinal de contas, traduz 'tradução' por meio de metáforas e conceitos comparáveis. Não são todas as nossas teorias de natureza essencialmente metafórica?

Há muita coisa para ser desenterrada, remontada e interpretada aqui, em parte, porque tradicionalmente, o material - traduções reais e a poética da tradução, tem recebido escassa atenção nas histórias literárias e culturais escritas, principalmente baseadas em uma só língua, inspiradas pelo conceito pós-romântico da originalidade, e centradas nos trabalhos e autores canonizados. Mas pode-se notar que o clima começou a mudar. A ênfase renovada da historiografia literária no contexto social e nas estruturas institucionais nas quais a literatura opera, criou espaço para o estudo dos fenômenos, tais como a tradução, até então marginalizados mas socialmente e intelectualmente relevantes. De igual importância tem sido o incessante questionamento sobre quase todos os conceitos-chave do estudo literário por um ramo ou outro da teoria literária recente. Como tais noções aparentemente homogêneas como o 'autor' ou o 'original' foram dismanteladas, o interesse nas formas híbridas, auto-referenciais, irônicas, intertextuais cresceu. E finalmente existe o fato de que nas décadas recentes o estudo da tradução em si tem aumentado significativamente sua abrangência quebrando seus moldes aplicados, prescritivos, ancilares para se engajar em vários tipos de pesquisas teóricas, empíricas e históricas. Ao invés de contribuir para a restrição da tradução na camisa de força da identidade e reprodução, estes experimentos mais ambiciosos trouxeram à tona a pluralidade irrepreensível da tradução, em todas suas manifestações e especulações históricas estranhas e maravilhosas.

Por toda sua interdisciplinaridade, alguns dos trabalhos atuais mais interessantes sobre tradução acontecem no contexto da teoria literária e da literatura comparada. O que é inteiramente apropriado, se não por mais nada, pelo fato da literatura comparada ter, há muito tempo, reconhecido o que George Steiner, em Oxford, há mais ou menos meio ano atrás, chamou a 'primazia da matéria da tradução' nos estudos literários comparativos.

Reconhecer a primazia da tradução é uma coisa, desenvolver um discurso adequado sobre tradução, uma metalingüagem viável, é outra. Considerando a complexidade da natureza híbrida, plural, desordenada da tradução não é de surpreender que um amplo leque de discursos estejam atualmente sendo empregados. Tradução, tanto como uma categoria intelectual, quanto como uma força social ativa, não é o tipo de assunto que possa ser reduzida ou aprisionada por uma única abordagem disciplinar. Mais ainda: cada discurso sobre tradução, seja qual for sua filiação disciplinar, é cercado por paradoxos profundos e inquietadores.

7.

Para avaliar este ponto, precisamos voltar, por um momento, para o ensaio, breve, mas influente de Roman Jakobson intitulado 'On Linguistics Aspects of Translation' de 1959. Ali Jakobson distinguiu de forma notória três tipos de tradução. São elas, em primeiro lugar: 'tradução intralingual, (ou -a reordenação das palavras (*rewording*) definido como interpretação de signos verbais por meio de outros signos da mesma língua; em segundo lugar, 'tradução interlingual', ou a tradução propriamente dita, i.e. a interpretação de signos verbais por meio de outra língua; e, em terceiro, 'tradução intersemiótica, ou transmutação' a interpretação de signos verbais por meio de sistemas de signos não verbais.

Derrida, de forma perspicaz, comentou esta divisão tripartida salientando que, se para Jakobson a tradução intralingual é uma forma de tradução, então no próprio ensaio, o termo *rewording* é uma tradução do termo 'tradução intralingual'. Desta forma o primeiro e o terceiro termo da lista são traduzidos intralingualmente: 'tradução intralingual' é traduzida como *rewording* e 'tradução semiótica' é reescrita como 'transmutação'. Mas no termo do meio 'tradução interlingual' ou tradução propriamente dita', a palavra 'tradução' não é reescrita ou traduzida intralingualmente. Ela é simplesmente repetida, tautologicamente reafirmada. Esta forma de tradução é tradução: 'tradução interlingual' é 'tradução propriamente dita'. A adição do adjetivo 'propriamente dita' sugere, além disso, que as outras duas formas de tradução não são propriamente 'tradução'. Isso, como será analisado, debilita todo exercício de classificar os três juntos como muitos tipos de tradução.

A partir daí Derrida continua questionando a aparente transparência e homogeneidade de noções como tradução,

linguagem, etc. Estou interessado na questão mais prosaica de por que o paradoxo se encontra em primeiro lugar. Parece-me que a resposta reside no reconhecimento de que o ensaio de Jakobson está ancorado em, pelo menos, dois campos diferentes. Como uma afirmação lingüística, ou melhor, semiótica, a idéia de que 'reescritura e 'transmutação' constituem formas de tradução é perfeitamente aceitável. Do ponto de vista de alguém que está completamente engajado no estudo dos sistemas de signos, não há nenhuma boa razão para restringir o estudo dos fenômenos da tradução, excluindo formas intralinguais, intersemióticas ou, para este fim, intrasemióticas.

Mas vista do ponto de vista privilegiado da tradução tal como é comumente entendida, ou melhor, como ela é socialmente interpretada, legitimada e institucionalizada, a mudança não é permissível porque lá a tradução é tradução propriamente dita, e nada mais além disso. O desconforto, na formulação de Jakobson, brota da ambivalência e da transgressão ao declarar, primeiro, que o que entendemos por tradução propriamente significa somente tradução interlingual e que a tradução compreende outras operações comparáveis, não convencionalmente ou normalmente cobertas pelo termo 'tradução'. Ao ver o ensaio sob a perspectiva atual, podemos avaliar ambos como sendo parte de uma auto-descrição e auto-reflexão da tradução, que recai no interior ou no exterior, como sendo parte de uma disciplina acadêmica emergente dos estudos de tradução.

O que o exemplo mostra, acima de tudo, como outros campos das ciências humanas que não podem escapar do enredamento do objeto que descrevem, da mesma forma, o discurso sobre tradução, também, inclusive o discurso acadêmico, inclusive o presente discurso- traduz conceitos e práticas da 'tradução' para seus próprios termos. E o faz necessariamente baseado em um certo conceito de tradução. E efetuando desta maneira as operações que ele tenta descrever, fica implícita uma instituição social na auto-descrição que a tradução como um construto cultural. Neste sentido a reflexão histórica sobre tradução por praticantes e críticos da área, desde São Jerônimo até o presente, não podem estar separados da moderna metalinguagem empregada na pesquisa sobre tradução. No entanto, muito dos estudos de tradução hoje podem desejar auto-conscientemente, marcar a distância entre o nível do objeto e o meta-nível e enfatizar a orientação do seu discurso acadêmico para

outra série de discursos, a cumplicidade está sempre presente, e contribui, a seu turno, para a construção social e cultural da tradução assim como para a elaboração de uma disciplina acadêmica.

De certa forma, no entanto, isto serve apenas para confirmar que o nosso conhecimento sobre tradução é demarcado por nossa cultura. Isto, é claro, sempre soubemos. O problema se acentua à medida que nos deslocamos para além do nosso horizonte imediato, um deslocamento difícil de evitar quando tratamos de tradução. O problema vem à tona sempre que desejamos falar sobre 'tradução', geralmente como um dado transcultural ou imanente, ou possivelmente universal, ou quando tentamos captar o que outra cultura significa, seja ela distante no tempo e no espaço ou não, através de quais que sejam os termos usados para denotar uma atividade, ou um produto que aparece para traduzir como nossa 'tradução' - o que implica que traduzimos conforme nosso conceito de tradução, e para o nosso conceito de tradução. Se este é o caso, então o 'outro', que nossos termos, como traduções do 'outro', nos mostra, não irá definitivamente constituir uma imagem transparente ou uma representação fiel. Como vimos, a tradução nunca é diáfana, nunca é inocente ou pura, nunca destituída de suas vozes, distintas ou indistintas, e ressonâncias discursivas. Ao contrário, ela tranforma e desloca tudo dentro de seu alcance ao ponto do nosso entendimento do conceito de tradução de uma outra cultura chega à tradução daquele conceito, está sujeito a todas as distorções e a todas as pluralizações desordenadas que acompanham a tradução. Além disso, como vimos também, a natureza e a tendência particular da distorção está socialmente condicionada e desta forma significativa por aquilo que nos informa sobre os indivíduos e as comunidades que efetuam a operação tradutória, i.e. sobre eles próprios como estudiosos da tradução. O estudo de tradução repercute nas nossas próprias categorias e acepções, nossos modos de traduzir a tradução.

Para aqueles de nós que levam o estudo da tradução a sério, não há saída fácil para estas situações. Mas podemos aprender com elas. A consciência das ciladas e a auto-reflexão da 'tradução cultural' como alguns etnógrafos e antropólogos sociais a chamam, não fará desaparecer os problemas, mas podem defender contra uma forma de imprudência que ignora a sua própria etnocentricidade e, cegamente, de forma redutora, traduz tradução para 'nossa' tradução, ao invés de tentar pacientemente, deliberadamente,

laboriosamente reconceptualizar nossos próprios modos de representação através da tradução.

O outro da tradução, portanto, não é somente o hibridismo e a estranheza da tradução como uma forma discursiva representacional. Não é somente a significação da tradução como uma força na história cultural e como um índice de auto-definição cultural. É também a desordenação da nossa tradução disciplinária da tradução. Mas desde que aproximemos estas várias transgressões com cautela, criticamente e auto-criticamente, poderemos, com sorte, vislumbrar a alteridade desconcertante da própria tradução, assim como das tentativas, históricas e contemporâneas, e dar conta delas.

NOTAS

1. Esta é uma versão abreviada levemente adaptada de *O Outro da Tradução*, apresentado como aula inaugural na University College London, em Marco de 1996.
2. GADAMER, Hans George. 'Man and Language (1966)', in: *Philosophical Hermeneutics*, trad. LINGE, David. Bekerley: University of California Press, 1977 (pp 59-68).
3. GADAMER, *Aesthetics and Hermeneutics* (1964), in: *Philosophical Hermeneutics*, p.98. Ver também *On the Scope and Function of Hermeneutical Reflection* (1967), ibid, p 18ff.
4. GADAMER, *On the Scope and Function of Hermeneutical Reflection*, *Philosophical Hermeneutics*, p.19.
5. STEINER, George. *After Babel*. Aspects of Language and translation. Oxford & New York: Oxford University Press, 1975, ver. 1992.
6. DERRIDA, Jacques *Dissemination*, trad. JOHNSON, Barbara. Chicago: University of Chicago Press, 1981. P. 72. DAVIDSON, Donald, *On the Very Idea of Conceptual Scheme* (1974) in: *Inquires into Truth and Interpretation*. Oxford: Clarendon Press, 1984, p184.
7. GADAMER, *Aesthetics and Hermeneutics*, *Philosophical Hermeneutics*, pp.98-99.
8. DERRIDA, Jacques. *Des tours de Babel*, in: Graham, Joseph ed. *Difference in Translation*. Ithaca Cornell University Press, 1985 (pp 165-248). *Roundtable in translation*, in: MCDONALD

- ,Christie ed., *The Ear of the Other. Otobiography, Transference, translation. Texts and Discussions with Jacques derrida*. Trad. KAMUF, Peggy. New York: Schocken, 1985 (pp. 93-161).
9. HARRIS Brian, *Norms and Interpretation, Target 2* (1990, 1, pp. 115-119).
 10. FOLKART, Barbara. *Le conflit des énonciations. Traduction et discours rapporté*. Candiag, Qu'bec: Editions Balzac, 1991.
 11. Uma exposição mais completa está para surgir in: *The Translator's Voice in Translated Narrative*, a ser publicado in: *Target*, junto com o texto de Giuliana Schiavi intitulado *There's always a teller in the Tale*, que aborda o mesmo tema. Modelos narratológicos costumam ignorar a presença discursiva do tradutor.
 12. DERRIDA, Jacques. *Ulysses Gramophone* (1987) trad. KENDALL, Tina e BENSTOCK, Shari in: ATTRIGE, Derek ed., *Jacques Derrida. Acts of Literature*. London & New York: Routledge, 1992, p257.
 13. DESCARTES, René. *Discourse on Method and the Meditations*, trad. F.E. Sutcliffe. Harmondsworth: Penguin, 1968, p.91.
 14. FOUCAULT, Michel. *What's an Author*, trad. HARARI, Josué, in: *Textual Strategies, Perspectives in Post-structuralist Criticism*, ed. HARARI, Josué. London: Methuen, 1980 pp 141-160).
 15. Ver também LITTAU, Karin. *Intertextuality and Translation: The Waste Land in French and German*, in: *Translation: the Vital Link*, ed. Catriona Picken. London: Chamaleon Press, 1993 (pp.63-69); e *Translation in the Age of Postmodern Production: from text to Intertext to Hipertext*, *Forum for Modern Languages Studies* (no prelo).
 16. NIRANJANA, Tejaswini, *Sitting Translation. History, Post-structuralism and the Colonial Context*. Berkeley: University of California Press, 1992, p 18.
 17. STEINER, George, in: *What is Comparative Literature?* Oxford: Clarendon Press, 1995, p11.
 18. JAKOBSON, Roman. *On Linguistic Aspects of Translation*, in: *On Translation* ed. BROWER, Euben, Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1959 (pp.232-239).
 19. Ver nota 7.
 20. Ver BAKKER, Matthijs. *Metasprong en wetenschap: een kwestie van discipline*, in: *Vertalen historisch gezien. Tekst, metatekst, theorie*, ed. DELABASTITA, Dirk & HERMANS, Theo. The Hague/Stichting Bibliographica Neerlandica, 1995 (pp141-162) para

- uma discussão de um ângulo desconstrucionista. O problema mais geral na histórica semiótica do 'traduzir a língua da fonte para a língua do pesquisador' o que significa que o 'instrumento da pesquisa semiótica é a tradução 'e envolve a historicidade do próprio pesquisador, é também tratado por LOTMAN, Yuri. *Universe of the Mind*. Trad. Ann Shukman. London: TAURIS, I.B, 1990, pp 269 ff.
21. Ver CLIFFORD, James & MARCUS, George eds. *Writing Culture. The Poetics and Politics of Ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986. MARCUS, George & FISCHER, Michael. *Anthropology as Cultural Critique. The Experimental Moment in Human Sciences*. Chicago & London: University of Chicago Press, 1986. TAMBIAH, S.J. *Magic, Science, Religion and the Scope of Rationality*. Cambridge University Press, 1990.